





## MERCADOS



## Bolsa volta a cair com avanço da Ômicron e pressão dos juros

O avanço da variante Ômicron do coronavírus voltou a atemorizar investidores ontem, provocando a segunda queda seguida dos principais índices mundiais de ações, já pressionados pela inflação global e pela consequente elevação das taxas de juros.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), recuou 0,58%, a 106.759 pontos, ali-

nhado à baixa do mercado americano, onde Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq cederam 0,30%, 0,75% e 1,14%, respectivamente.

Impulsionado pela curva ascendente dos juros futuros nos Estados Unidos, o dólar avançou 0,35%, a R\$ 5,694.

As bolsas de Londres, Paris e Frankfurt fecharam em queda de 0,18%, 0,69% e 1,08%, nessa ordem.

## CONCURSO

## IBGE abre 1.812 vagas temporárias para o Censo de 2022

CRISTIANE GERCINA/FOLHAPRESS

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está com inscrições abertas para contratar temporários para o Censo 2022. São dois processos seletivos que somam 1.812 vagas.

Ao todo, são 31 postos para o cargo de coordenador censitário de área, com salário de R\$ 3.677,27, e 1.781 vagas para agente censitário de administração e informática, cuja remuneração mensal oferecida é de R\$ 1.700. Todas exigem ensino médio.

As inscrições vão até as 23h59 do dia 10 de janeiro de 2022 e devem ser feitas no site [ibfc.org.br](http://ibfc.org.br). O valor é de R\$ 66 para o cargo de coordenador censitário de área e de R\$ 44 para agente censitário de administração e informática. As provas estão previstas para o dia 20 de fevereiro.

As contratações integram os primeiros cargos para o Censo Demográfico de 2022 que, ao todo, terá 207 mil postos, conforme autorização publicada no Diário Oficial da União de 3 dezembro. Ainda não há previsão para a abertura das demais chances.

Para agente censitário de administração e informática há vagas para trabalhar em diversas cidades, em todos os estados do país. Já para o cargo de coordenador de área, os postos são nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins.

Além do salário, o IBGE vai pagar auxílio-alimentação, auxílio-transporte, e auxílio pré-escolar, assim como férias e 13º salário proporcionais. Para os cargos da área de informática, a previsão do contrato é de até cinco meses. Para coordenador, o trabalho temporário deve ter duração de até sete meses. A jornada é de 40 horas semanais.

As exigências para os dois cargos são as mesmas. Além do ensino médio, é preciso ter 18 anos completos na data da contratação, ser brasileiro ou português (conforme as regras de equiparação da nacionalidade), não ser MEI (mi-

croempreendedor individual) e estar em dia com as obrigações políticas e militares (no caso dos homens), entre outras. Servidores da ativa ou aposentados não podem participar da seleção.

Atraso no Censo O recenseamento do país deveria ter ocorrido em 2020, mas a pandemia de Covid-19 impediu o início do processo de contagem populacional, que ocorre de dez em dez anos. Além disso, a destinação de uma verba de valor menor que o pedido pelo IBGE também provocou o adiamento do processo, que seria realizado neste ano.

Na segunda-feira, em nota, o instituto reafirmou que o valor necessário para a realização do Censo Demográfico 2022 é de R\$ 2,292 bilhões, sendo que R\$ 2 bilhões já constam no Ploa 2022 (Projeto de Lei Orçamentária Anual) e R\$ 292,9 milhões foram autorizados pela Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, que virão do FGE (Fundo de Garantia à Exportação), supervisionado pelo Ministério da Economia.

A liberação dos valores atende à determinação do STF (Supremo Tribunal Federal). "O IBGE segue trabalhando em todo o país nas várias etapas operacionais preparatórias para entregar à sociedade brasileira um censo demográfico com qualidade técnica e cobertura em conformidade com a credibilidade e a reputação que o instituto construiu ao longo de seus 85 anos", diz a nota.

## DEVOLUÇÃO DE TAXAS

O IBGE começou, em 3 de dezembro, a devolver as taxas de inscrição para candidatos que iriam participar do processo seletivo simplificado para o Censo 2021, que foi cancelado em outubro. Para conseguir os valores, o trabalhador deve pedir o reembolso no Portal do IBGE.

Segundo o instituto, o total será restituído em até 40 dias após a solicitação. A mesma orientação vale também para ressarcimento aos inscritos no processo seletivo simplificado do Censo 2020. O depósito só será realizado em conta-corrente no nome e no CPF do candidato.

## IBGE

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

O setor de serviços no Brasil começou o quarto trimestre no vermelho. Em outubro, amargou queda de 1,2% no volume, frente a setembro, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O desempenho aprofunda os sinais de perda de fôlego do setor em meio a um contexto de fragilidades na atividade econômica.

Trata-se da segunda redução consecutiva de serviços. É a maior para outubro desde 2016. Em setembro, o recuo havia sido de 0,7%.

O resultado de outubro ficou abaixo das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Reuters projetavam alta mensal de 0,1%.

Segundo Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE, uma combinação de fatores explica o desempenho negativo.

Atividade econômica fraca, inflação alta e base de comparação mais elevada em ramos de serviços que cresceram na pandemia, como os relacionados à tecnologia, fazem parte dessa lista.

Com a baixa de outubro, o setor de serviços reduziu a distância positiva em relação ao patamar pré-pandemia. Ficou 2,1% acima do nível de fevereiro de 2020.

Essa diferença já foi maior. Em agosto deste ano, os serviços chegaram a operar 4,1% acima

do pré-crise.

"A gente percebe uma perda de ritmo do setor", disse Lobo.

Serviços envolvem uma grande variedade de negócios, de bares e restaurantes a instituições financeiras, de tecnologia e de ensino. O setor é o principal empregador do país.

Durante a pandemia, a prestação de serviços diversos sofreu um choque. O baque ocorreu porque o setor reúne atividades dependentes da circulação de clientes, que foi reduzida pelas restrições para conter a Covid-19. Hotéis, bares, restaurantes e eventos fazem parte da lista de negócios impactados.

O resultado de outubro gerado pelo coronavírus foi o avanço de serviços ligados à tecnologia. Essas atividades tiveram demanda aquecida no período de isolamento social.

Em outubro, o recuo foi disseminado no setor. Houve quedas em quatro das cinco atividades investigadas pelo IBGE. O destaque negativo veio de serviços de informação e comunicação (-1,6%).

"O segmento que mostrou o principal impacto negativo foi o de telecomunicações. Essa queda é explicada pelo reajuste nas tarifas de telefonia fixa, que avançaram 7,33% nesse mês. A pressão vinda dos preços acabou impactando o indicador de volume do subsetor (informação e comunicação)", explica Lobo.

A atividade de outros serviços (-6,7%) também caiu em outubro. Segundo o IBGE, a atividade é muito heterogênea. Em outubro, foi impactada principalmente pela menor receita das empresas que atuam no processo de pós-colheita, fazendo o beneficiamento de produtos agrícolas. Houve ainda o impacto da queda de corretoras de títulos e valores mobiliários.

As outras duas atividades que recuaram dentro do setor de serviços foram serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,8%) e transportes, armazenagem e correio (-0,3%).

Conforme Lobo, as perdas de serviços profissionais refletem as dificuldades da atividade econômica. Isso ocorre porque o ramo reúne muitas empresas que atendem o mercado corporativo, disse o analista.

"O ritmo da atividade econômica pode ser percebido em serviços profissionais, administrativos e complementares."

Em transportes, um dos dados que chamaram atenção foi o recuo do transporte aéreo (-5,3%). Nesse caso, houve o efeito da inflação das passagens aéreas, de acordo com Lobo.

Entre as cinco atividades que compõem serviços, a única taxa positiva em outubro foi registrada por serviços prestados às famílias, que subiram 2,7%. Foi o sétimo avanço consecutivo. Nesse período, a alta acumulada

foi de 57,3%.

Os serviços prestados às famílias envolvem os ramos de alojamento e alimentação. Apesar do avanço em outubro, a atividade ainda está 13,6% abaixo do pré-pandemia, a maior distância negativa da pesquisa. Ou seja, a retomada é incompleta até o momento.

Nesta terça, o IBGE também informou que, na comparação com outubro de 2020, o setor de serviços como um todo cresceu 7,5%.

No ano, o setor acumula alta de 11%. Em período maior, de 12 meses, o avanço foi de 8,2%.

Com o impulso da vacinação contra a Covid-19 e da reabertura da economia, os serviços de caráter presencial apostam em uma melhora dos negócios até o final do ano.

A recuperação, por outro lado, é ameaçada pelo cenário de escalada da inflação, juros mais altos e dificuldades no mercado de trabalho. Em conjunto, esses fatores abalam o poder de compra das famílias.

Antes de divulgar o desempenho de serviços, o IBGE apresentou outros dois indicadores setoriais referentes a outubro: produção industrial e vendas do varejo. Ambos ficaram no vermelho.

A produção das fábricas recuou 0,6% em outubro, a quinta baixa consecutiva. Já o comércio encolheu 0,1% no mesmo mês, o terceiro recuo em sequência.

## 2021

## Projeção de PIB negativo no 4º trimestre ganha força

A retração de atividade nos principais setores da economia, serviços, comércio e produção industrial, no mês de outubro, reforça o quadro de fraqueza econômica no Brasil. Diante da queda generalizada, um número maior de analistas já projeta PIB (Produto Interno Bruto) negativo no quarto trimestre de 2021.

A deterioração do cenário ficou mais nítida ontem, após o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgar o resultado de serviços em outubro.

Na comparação com setembro, o volume do setor, o principal da economia nacional, teve baixa de 1,2%. Foi a segunda retração em sequência. Em setembro, o setor havia registrado queda de 0,7%.

Antes de divulgar o dado de serviços, o IBGE havia confirmado recuos de 0,6% na produção industrial e de 0,1% nas vendas do varejo no mesmo mês de outubro. Ou seja, os três setores pesquisados começaram o quarto trimestre no vermelho.

A perda de força na retomada ocorre em meio a um contexto de inflação alta, juros elevados e dificuldades no mercado de trabalho.

Para o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, os números de outubro divulgados pelo IBGE sugerem um cenário complicado até dezembro.

Por ora, a MB ainda estima um PIB com variação positiva de 0,1% no quarto trimestre, mas a tendência é de revisão para o campo negativo em breve, com a

entrada de novos dados.

"Estamos caminhando para um PIB negativo", diz Vale.

"Alguns resultados já sinalizam que novembro não foi um mês muito favorável. Indicadores de confiança mostraram queda, a Black Friday não foi muito boa. Há o efeito da inflação, dos juros maiores e das incertezas", completa.

O economista João Leal, da gestora Rio Bravo, considera que a atividade econômica se encontra em um quadro de estagnação.

A Rio Bravo ainda projeta PIB com leve variação positiva no quarto trimestre, entre 0,1% e 0,3%, mas não descarta um desempenho negativo, diz Leal.

"A palavra que melhor resume os últimos meses na economia é estagnação. Não conseguimos crescer", afirma.

"Não dá para descartar PIB negativo no quarto trimestre. A gente pode ter novas surpresas e caminhar nessa direção", acrescenta.

Em nota, o Banco Original afirmou que o desempenho de serviços em outubro trouxe um viés de baixa para as projeções do PIB, o que deve forçar revisões.

As estimativas atuais do banco para o indicador são de avanços de 0,2% no trimestre e de 4,8% no ano de 2021.

"Com todas as pesquisas do IBGE surpreendendo negativamente as nossas projeções, fica claro o viés negativo sobre a nossa projeção de PIB, hoje em 0,2% t/t e 4,8% para o fechamento de 2021. Para 2022, o recado é o

mesmo. Revisaremos oficialmente os nossos números em nossa próxima reavaliação mensal de cenário", diz o Original.

Segundo economistas, o recuo de 1,2% do volume do setor de serviços pode ser associado a fatores como a fraqueza da atividade econômica no geral e a inflação mais forte.

Mesmo com o recuo, o setor ainda está 2,1% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. A questão é que essa diferença já foi maior. Em agosto deste ano, os serviços chegaram a operar 4,1% acima do pré-crise.

Com a derrubada de medidas restritivas e a reabertura de atividades econômicas na pandemia, analistas esperavam uma recuperação mais consistente dos serviços.

O problema, segundo os especialistas, é que a piora de indicadores macroeconômicos abaixo do processo de retomada.

"Há uma situação de enfraquecimento geral da economia. Não está sobrando tanta renda para o consumo de serviços. A inflação corrói parte da renda disponível", diz Vale, da MB.

Ao recuar 0,6% em outubro, a produção industrial ficou 4,1% abaixo do pré-pandemia. Foi a quinta queda consecutiva do setor, que ainda sofre com a escassez de insumos e o avanço dos custos produtivos.

As vendas do varejo, por sua vez, ficaram 0,1% abaixo do pré-crise. O recuo de 0,1% em outubro foi o terceiro em sequência para o comércio, abalado pela escalada inflacionária.

## BC

## Taxa de juros deve continuar a subir, diz ata do Copom

A taxa básica de juros, a Selic, deve subir novamente na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), em fevereiro de 2022. A previsão está na ata da última reunião do comitê, divulgada ontem. A taxa Selic sofreu a sétima alta seguida, na última semana, ao passar de 7,75% para 9,25% ao ano.

"Para a próxima reunião, o comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude [1,5 ponto percentual]", diz a ata do Copom.

Ao avaliar os riscos para inflação, o Copom avalia que "novos prolongamentos das políticas fiscais [aumento de gastos públicos] de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada (procura por bens e serviços) e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco (relação entre risco e rendimentos de investimentos) do país".

"Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o comitê avalia que questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevam o risco de desancoragem das expectativas de inflação, mantendo a assimetria altista no balanço de riscos. Isso implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário básico", acrescenta.

Tels.: (21) 3556-3030  
96865-1628

Diário do Acionista  
www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628 - Claro @ 99539-3634-Vivo

Rua Olímpias, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE



## ENERGIA

# Governo pressiona e Aneel aumenta tarifas de Angra

JULIO WIZIACK/FOLHAPRESS

No momento em que o governo lança um novo programa de refinanciamento de distribuidoras para evitar aumento de custos para os consumidores, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) concedeu, ontem, um aumento de 39,8% na energia produzida pelas usinas nucleares de Angra 1 e 2.

Com o reajuste, a tarifa de Angra 1 e 2 será de R\$ 349,15 por megawatt-hora (MWh) a partir do próximo ano, contra R\$

249,64 por MWh neste ano. O novo valor entra em vigor a partir de 1º de janeiro. O preço de referência da energia no mercado hoje é de cerca de R\$ 190 o MWh.

A nova tarifa será aplicada por índices diferentes para cada distribuidora e varia de acordo com a quantidade de energia que cada uma delas compra da Eletro Nuclear, que controla as duas usinas. A alta média, no entanto, será de 0,75%, segundo a Aneel.

Boa parte da alta da tarifa das usinas de Angra se deve ao déficit gerado em anos anteriores

decorrentes da diferença entre a tarifa cobrada e os custos da usina, que foram superiores no momento de alta do preço do combustível usado para a geração da energia.

Com esse reajuste, o governo terá de lidar com mais pressão sobre os preços da energia, especialmente para os grandes consumidores (indústrias). O insumo já é o que mais pesa na cesta utilizada para o cálculo da inflação medida pelo IPCA.

Como o reajuste era inevitável, a Aneel vem avaliando ou-

tras formas de amenizar o impacto da alta de custos de geração nas tarifas no próximo ano. Existe pressão do governo de Jair Bolsonaro para evitar um tarifaço durante a campanha em que o presidente tentará a reeleição.

Nesta semana, depois de meses de espera pelo mercado, o governo editou uma nova medida provisória com uma segunda rodada do prometido socorro financeiro às distribuidoras. Esses empréstimos serão incorporados na conta de luz dos consumidores nos anos seguintes.

## CÂMARA

# Projeto que facilita construção de ferrovias privadas vai a sanção

WASHINGTON LUIZ E DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação do projeto de lei que permite que a iniciativa privada explore e construa ferrovias por meio de outorga de autorização.

Os deputados rejeitaram tentativa de alteração do texto - o principal foi aprovado de maneira simbólica na segunda-feira. Agora, o projeto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Atualmente, empresas só podem explorar a malha ferroviária do país após participarem de um leilão de concessão realizado pelo governo.

Ontem, em almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, o ministro Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) disse que o governo deve enviar uma medida provisória para combater o que chamou de descasamento da lei, para "não perder o que está sendo feito."

"Falar em autorizações ferroviárias é retomar um tema perdido no início do século 20", disse. "A gente está tendo a oportunidade de, olhando para o passado e também percebendo o que os outros países fazem, dar um passo importante na direção do reequilíbrio da matriz de transportes, para a gente ter um transporte mais eficiente, mais sustentável e mais barato."

Com as novas regras do projeto, o Poder Executivo poderá abrir processo de chamamento público para identificar a existência de interessados em obter a autorização para construir novas ferrovias ou assumir a administração das que estão ociosas ou em processo de devolução ou desativação.

A autorização será formalizada por meio de contrato por prazo determinado que deverá ter duração de 25 a 99 anos.

Essa mudança é semelhante ao que está previsto em uma MP (Medida Provisória) editada pelo governo no fim de agosto. No entanto, os parlamentares decidiram priorizar um projeto de lei de autoria apresentada em 2018 pelo então senador José Serra (PSDB-SP). Assim, a medida provisória deve valer somente até perder a validade, em fevereiro.

O relator do projeto na Câmara, deputado Zé Vitor (PL-MG), defendeu as alterações e afirmou que elas são necessárias para estimular a ampliação da malha ferroviária nacional. Ele ainda considera que o novo modelo torna esse tipo de transporte uma alternativa "interessante para os investidores de longo prazo".

"Estima-se que a iniciativa privada estaria disposta a investir, inicialmente, cerca de R\$ 100 bilhões em ferrovias sob regime de direito privado, cifra que dificilmente o orçamento público comportaria", disse.

Apesar de ter sido relatado pelo petista Jean Paul Prates (RN) no Senado, parlamentares do partido na Câmara tentaram

adiar a votação do projeto com o argumento de que era necessário realizar mais discussões sobre o tema.

"O que está se estabelecendo são monopólios, e com insegurança, porque nós nem sabemos se essas empresas que pedem autorização têm realmente condições de levar à frente os seus projetos ou querem simplesmente ter a reserva na mineração, o chamado direito mineroário de se sentarem em cima daquela autorização para negociarem por um valor mais alto", disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Durante o processo de autorização, o regulador ferroviário, no caso a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), deverá decidir sobre as propostas recebidas. Se houver uma única proposta, a autorização será expedida para essa empresa.

Quando houver mais de um interessado, a agência precisará promover processo seletivo público e observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

O processo seletivo irá considerar como um dos critérios de julgamento a maior oferta de pagamento pela outorga.

A proposta também permite que o interessado em obter a autorização para a exploração de novas ferrovias, novos pátios e demais instalações acessórias possa requerê-la diretamente à ANTT em qualquer momento.

Além disso, a concessionária ferroviária federal com contrato vigente na data de publicação da lei poderá requerer a adaptação de seu contrato de concessão para o de autorização.

O projeto prevê que as operadoras ferroviárias podem se associar voluntariamente sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, para promover a autorregulação.

Por meio desse instrumento, as operadoras poderão instituir normas voluntárias de padrões técnico-operacionais, realizar a conciliação de conflitos entre os membros, além de coordenar, planejar e cooperar no controle operacional das malhas ferroviárias operadas pelos membros do autorregulador ferroviário.

O governo já concedeu nove autorizações de construção e operação de ferrovias dentro do programa Pró-Trilhos, criado por meio da medida provisória.

De acordo com o Ministério dos Transportes, as estradas de ferro autorizadas têm potencial de agregar 3.500 quilômetros de novos trilhos à rede ferroviária, com R\$ 50 bilhões em investimentos privados.

Entre as empresas autorizadas está a Ferroeste, que já atua como concessionária. As outras são ingressantes no setor: a companhia de celulose Bracell, a administradora do Terminal Portuário de Alcântara, Grão Pará, a consultoria Macro Desenvolvimento, a empresa do setor de portos Petrocity e a mineradora Planalto Piauí.

## CNSeg

# Arrecadação do setor de seguros nacional deve crescer 12,6%

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) estimou ontem que a arrecadação do setor, excluindo dados dos seguros saúde e de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), deverá fechar 2021 com cerca de R\$ 303,4 bilhões, aumento de 12,6% sobre 2020.

"Só algo muito grave poderá levar a um crescimento inferior a dois dígitos", externou o presidente da CNSeg, Marcio Coriolano. A projeção considera os 12 meses móveis até outubro deste ano, atualizados este mês.

Para esse resultado, contribuem os segmentos de danos e responsabilidades, com expansão de 13,3% sobre o ano passado, cobertura de pessoas - planos de risco (12,9%), cobertura de pessoas - planos de acumulação (14%), capitalização (3,5%) e saúde suplementar (7,1%, nos quatro trimestres móveis findos no 3º trimestre).

Segundo o executivo, já se verificou este ano uma recuperação muito forte do mercado. As projeções para o futuro serão influenciadas pelas condições da economia brasileira e terão expansão sobre uma base mais gorda deste ano, indicou.

Para 2022 ante 2021, as previsões da indústria de seguros são de evolução da arrecadação sem saúde e sem DPVAT, de 2,6%, em um cenário pessimista, e 9%, em cenário otimista. Coriolano afirmou que o setor de seguros "é muito sensível aos atributos de produção, emprego e renda". Considerou que a crise sanitária levou as pessoas a optarem por suprir necessidades básicas e só depois pensar em seguro. Destacou, entretanto, que 73% dos brasileiros ganham abaixo de dois salários-mínimos e é preciso que o mercado pense em atender essa parcela da população, principalmente com microsseguros e seguros inclusivos.

## INFLAÇÃO E JUROS

O presidente da CNSeg avaliou que as projeções para o último trimestre de 2021 dependem dos efeitos mais altos da inflação e dos juros sobre a demanda por seguros. Ele acredita que "a competição deverá continuar mais forte, levando a uma diferenciação de negócios, com segmentação de produtos e criação de novos produtos que alcancem o bolso do consumidor". Comentou, contudo, que ainda é cedo para dizer se a inflação e a taxa de juros podem comprometer de fato o setor.

O presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Antonio Trindade, afirmou que 2021 foi um ano de grande aprendizagem para o setor de seguros. Em razão das novas tecnologias, os seguros de riscos cibernéticos subiram 165%. Tiveram bom desempenho também os seguros de danos e responsabilidades, com arrecadação de janeiro a setembro de R\$ 66 bilhões, mais 15% sobre 2020; seguro rural (+45%); seguro residencial (+16%); seguro de riscos de engenharia (+25%); seguro de automóveis (+7%).

A perspectiva, segundo Trindade, é esses segmentos continuarem evoluindo positivamente.

Para o presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), João Alceu, não dá para não falar da pandemia da covid-19, que afetou, em particular, os seguros de saúde e de vida. Desde março do ano passado até agora, o setor de saúde suplementar como um todo registrou 500 mil internações por covid, 6 milhões de exames de covid, a um custo da ordem de R\$ 26 bilhões, não previsto.

"É um impacto na veia das operadoras de saúde". Disse que apesar das mortes por co-

vid-19 em todo o país, as seguradoras de saúde atenderam todos os seus clientes dentro das bases contratadas. A base de beneficiários, que sofreu redução de 300 mil pessoas no início da pandemia, já adicionou 1,9 milhão desde junho de 2020.

## INCERTEZAS

O presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), Jorge Nasser, lembrou que 2021 continuou mostrando um cenário desafiador e de incertezas provocadas pela covid-19. Até outubro, as indenizações decorrentes das mortes pela doença alcançaram mais de R\$ 5,5 bilhões, sem contar as devoluções por morte nos planos de previdência. Os sinistros pagos até outubro somaram R\$ 14,2 bilhões.

Já o presidente da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), Marcelo Farinha, comentou que de janeiro a outubro deste ano, a capitalização cumpriu o seu papel, com arrecadação de R\$ 17 bilhões. A capitalização é a segunda camada de proteção da sociedade, disse. A primeira é o Estado. A expectativa de Marcelo Farinha é o segmento de capitalização crescer a dois dígitos em 2022, atingindo entre 14% e 15%.

## ATÉ DIA 30

# BB prorroga mutirão de renegociação de dívidas

O Banco do Brasil prorrogo o mutirão de renegociação de dívidas. As condições especiais podem ser acessadas até o dia 30 de dezembro. O prazo anterior era 17 deste mês.

Nesse período, os descontos chegam a até 95%, para liquidação à vista de dívidas vencidas. Também estão disponíveis descontos nas taxas de juros e prazo de até 100 meses para renegociação a prazo de operações vencidas.

Segundo o Banco do Brasil, o mutirão teve início no dia 6 deste mês e, desde então, mais de 42 mil operações foram realizadas, totalizando R\$ 634 milhões renegociados em todo o país. De acordo com o banco, todos os clientes que estiverem com dívidas vencidas e não pagas podem buscar uma solução adequada a sua capacidade de pagamento.

As condições estão disponíveis para pessoas físicas, produtores rurais e pessoas jurídicas, que tenham dívidas inadimplidas oriundas de operações de crédito pessoal, cartão de crédito, cheque especial e outras.

## COMBUSTÍVEIS

# Petrobras anuncia redução no preço da gasolina em 3,1% nas refinarias

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Petrobras anunciou ontem que cortará em 3,1% o preço de venda da gasolina em suas refinarias. A redução, de R\$ 0,10 por litro, começa a valer hoje e acompanha a queda das cotações internacionais do produto.

É a primeira redução no preço do combustível desde o dia 12 de junho. Após o corte, o preço médio de venda da gasolina nas refinarias da estatal será de R\$ 3,09 por litro. Não houve alteração no preço do óleo diesel.

Com a redução hoje, a alta acumulada do preço de refinaria da gasolina em 2021 cai para 68%. Nas bombas, o combustível acumulava, até a semana passada, aumento de 36% no ano, já descontada a inflação do período.

Em nota, a Petrobras afirmou que o ajuste "reflete, em parte, a evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para a gasolina". Nas últimas semanas, os preços internacionais foram impactados por te-

mores sobre a variante Ômicron.

O cenário levou o presidente Jair Bolsonaro (PL) a afirmar no início do mês que a Petrobras estava prestes a anunciar redução de preços. O reajuste não ocorreu na semana indicada pelo presidente da República, mas uma semana depois.

As declarações de Bolsonaro geraram um novo processo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para apurar o cumprimento das regras de divulgação de notícias, fatos relevantes e comunicados por empresas com ações negociadas em bolsa.

No dia seguinte, a Petrobras divulgou nota dizendo que não havia decisão tomada sobre reajustes e reforçando que não antecipa eventuais decisões a autoridades.

Logo após a repercussão, Bolsonaro negou ter tido informações privilegiadas. "Precisa ter bola de cristal para saber que tem que diminuir o preço da gasolina, caindo o (petróleo) Brent? Caiu acho que US\$ 10. Eu falei isso aí, pronto: 'informação

privilegiada'", disse a apoiadora no dia 6.

A escalada dos preços dos combustíveis durante o ano provocou estragos na popularidade do presidente e foi o principal fator de pressão inflacionária no país, empurrado o IPCA acumulado em 12 meses para 10,74% em outubro, o maior valor para o período desde 2003.

A política de preços da Petrobras trabalha com um conceito conhecido como paridade de importação, que simula quanto custaria para trazer os combustíveis do exterior para o mercado interno. O modelo é criticado pela oposição e por sindicatos, mas defendido pelo setor de petróleo.

"A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais", afirmou a estatal.

**REQUERIMENTO DE LICENÇA.**  
Marques e Almeida Incorporadora Ltda. CNPJ 05.629.169/0001/29, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EISPRO-2021/04661, Licença Ambiental Municipal Prévias para Loteamento na Rua Ipadú nº 518, Lote 2, PA 30775, Jacarepaguá/RJ.

**TRANSCOOTOUR - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO.**  
CNPJ nº 36.095.792/0001-72- NIRE nº 33.4.0000395-1  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
O Diretor Presidente no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os 46 cooperados da TRANSCOOTOUR - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 26/12/2021 na Rua Av. Bruxelas, 175 sala 301 - Bonsucesso, nesta Cidade, com 1ª. Convocação às 08:00hs com presença de 2/3 de associados, com 2ª Convocação às 09:00hs com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 10:00hs com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Prestação e aprovação das contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal - exercício 2020, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal; II - Destinação das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios.  
Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2021.  
**Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira - Diretor Presidente**



## NOTA FISCAL PAULISTA

## 9,3 milhões de consumidores têm créditos para vencer

LUCIANA LAZARINI E CRISTIANE GERCINA/FOLHAPRESS

Um total de 9.278.941 de consumidores tem até as 17h da próxima sexta-feira para transferir créditos da Nota Fiscal Paulista que estão parados há um ano e serão cancelados se não forem resgatados no prazo. Os consumidores têm, no total, R\$ 8.220.973,93 em créditos que poderão ser perdidos neste mês. Os valores foram liberados na conta-corrente do programa do governo de SP em dezembro de 2020, informou a Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Desde outubro, o prazo para resgatar os créditos da Nota Fiscal Paulista caiu de 5 anos para 12 meses. Ou seja, os valores que foram liberados há 12 meses e não são resgatados são cancelados e o recurso volta para os cofres do estado.

A alteração do prazo de validade ocorreu por meio do artigo 62 da lei nº 17.293/2020. Em outubro ocorreu o primei-

ro cancelamento de créditos antigos com o prazo menor. Neste primeiro cancelamento, 48 milhões de consumidores tinham R\$ 1 bilhão em créditos para vencer.

Uma parte dos créditos é de consumidores que não têm cadastro no programa, ou seja, os contribuintes que podem nem saber que têm dinheiro para receber. Isso pode ocorrer com compras online feitas em grandes redes, em que o consumidor informa o número do CPF no cadastro.

O primeiro passo para recuperar o dinheiro é entrar no site do programa, verificar o saldo e pedir a transferência para uma conta-corrente ou poupança que esteja no nome do consumidor.

Para transferir os recursos para uma conta-corrente ou poupança, o consumidor também pode utilizar o aplicativo oficial da Nota Fiscal Paulista pelo tablet ou smartphone, digitar o CPF/CNPJ e senha cadastrada e solicitar a opção desejada.

## INFLUENZA

## Surto de gripe chega a SP com vírus que escapa da vacina

CLÁUDIA COLLUCCI/FOLHAPRESS

O vírus influenza A H3N2, o mesmo associado à epidemia de gripe Rio de Janeiro, está circulando em São Paulo e já provoca aumento de atendimentos nos prontos-socorros e internações.

Segundo a infectologista Nancy Bellei, professora da Unifesp e coordenadora da testagem do Hospital São Paulo, entre segunda-feira passada e ontem, já são nove pessoas hospitalizadas com o H3N2. Em uma semana, já são 19 casos de internações. Ano passado, de março a junho, período de pico da gripe, foram 12 casos.

"Nós estamos numa epidemia de H3N2, não tenho dúvidas disso. No consultório, estou atendendo vários casos, minha

filha teve, vários amigos dela tiveram", afirma a médica.

O virologista Celso Granato, diretor clínico do Grupo Fleury, também diz que aumentou o diagnóstico do H3N2 nas amostras analisadas, mas ainda não tem um número fechado. "Foi o que aconteceu no Rio. Lá aumentou mais dez vezes a positividade nos exames. Agora tá chegando aqui."

Embora a vacina contra a gripe usada no programa de imunização tenha na sua composição a cepa H3N2, não é a mesma que circula agora no Rio e em São Paulo. Essa, chamada de Darwin (cidade na Austrália onde ela foi identificada pela primeira vez), não está coberta pela atual vacina.

"Todos os anos a gente muda

a receita da vacina (contra o H3N2). Para 2022, a OMS já mudou. Será a influenza A H3N2 Darwin. É a cepa que a Fiocruz identificou no surto do Rio", explica Nancy Bellei.

Celso Granato diz que, mesmo que a vacina tivesse a cepa Darwin, a imunização contra vírus respiratório não dura mais do que seis meses. "É um surto extemporâneo. A gente não tem surto em dezembro. Juntou tudo: a vacina que não protege muito, as pessoas tomaram há mais de seis meses e as pessoas estão deixando de usar máscaras, estão se aglomerando."

Tanto Granato quanto Bellei dizem que o melhor a ser feito é que as pessoas continuem usando máscaras e evitando aglomerações.

"Do ponto de vista biológico, não vale a pena orientar as pessoas a se revacinar. Vale a pena usar máscara, mantendo o distanciamento. São as mesmas recomendações da Covid", afirma a médica.

"Usar máscaras e lavar as mãos são as vacinas universais", diz Granato.

A principal diferença entre os vírus, segundo ela, é que a letalidade é menor do que a da Covid, comparando os mesmos grupos de risco.

Mas os casos, mesmo leves, são piores que os da Covid leve. "O paciente tem febre alta, calafrios, miopia e cefaleia importantes, mal-estar, fica sem apetite, não consegue levantar da cama. A maioria dos casos leves de Covid não tem isso."

## HOPI HARI

## Funcionário foi avisado de falha antes de montanha-russa operar

TOTE NUNES/FOLHAPRESS

Antes de o carrinho iniciar a subida da montanha-russa Montezum no último sábado, frequentadores do parque Hopi Hari, em Vinhedo, no interior de São Paulo, alertaram funcionários aos gritos de que a trava de segurança do equipamento havia se soltado.

A afirmação foi feita à reportagem ontem pelo analista de sistemas Caio Matos. Ele conta que estava na plataforma de espera quando a montanha-russa iniciou o percurso. Segundo Matos, ele e outras pessoas na plataforma gritaram para indicar o problema.

Naquele dia, a trava de segurança se soltou na mão de um dos frequentadores quando o brinquedo já estava na rota da primeira subida. A viagem teve de ser interrompida, e os usuários precisaram ser resgatados

do alto do aparelho.

"Vi quando o rapaz (que estava sentado na cadeira com problemas) reclamou. Mas não foi nada alarmante", disse Matos. "Mas logo em seguida, quando o carrinho começou a se movimentar, outras pessoas começaram a gritar. Eu mesmo gritei. E foram mais de três vezes que as pessoas gritaram, mas o funcionário dizia que, se a trava não estivesse fechada, o carrinho não andaria."

"Uma mulher que estava ao lado do rapaz, acho que era parente dele, começou a gritar muito, mas o carrinho não parou", continua Caio.

"O mais absurdo não foi o problema técnico, mas um monte de gente pedindo para que o brinquedo parasse e ele não parou. O mais absurdo é a gente ver esse tipo de pedido ser, assim, descartado", concluiu ele.

Antes de atingir o pico para a descida de uma rampa, os frequentadores levantaram as mãos em forma de xis — um sinal de alerta instituído pelo próprio parque para avisar que está havendo algum problema ou alguém pedindo para que o brinquedo seja parado. Foi só então que o brinquedo parou e teve início a operação de resgate das pessoas.

O analista conta que chegou a ver o desespero do rapaz. "Ele estava tremendo. As pessoas que estavam em volta dele estavam chorando", conta.

Matos diz que não conseguiu falar com os funcionários depois que o incidente aconteceu. "Eles evacuraram a área, não deixaram a gente ficar lá, mas eu queria dizer umas boas para eles."

A cena do carrinho paralisado no alto da montanha-russa assustou quem estava em brinquedos próximos, como o ana-

lista de suporte Carlos Eduardo Oliveira Viana, 32.

"Nossa! Dava para ver o rapaz com a trava na mão. Eu conheço dezenas de parques no Brasil e fora do Brasil, em Orlando, Ohio (ambos nos Estados Unidos), e posso dizer que em todos eles aquela trava não é a trava redundante, como diz a diretoria do Hopi Hari. É a trava principal", diz ele.

"Acho que ele (o frequentador) estava desprotegido, sim. Tanto que foi o primeiro a ser retirado pelos funcionários", afirma. Segundo Viana, a intervenção do pessoal de apoio do parque foi rápida.

Cerca de 6.000 pessoas passaram pelo parque no sábado. A Montezum tem capacidade para transportar até 12 mil pessoas por dia.

Anteriormente, a direção do parque divulgou uma nota oficial sobre o incidente.

## SEM MOTIVO

## Doria atrasa em dois meses nomeação para conselho da Fapesp

WALTER CAMPANATO/ABRASIL



CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), segurou por dois meses a nomeação de três conselheiros da Fapesp (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Desde outubro, 3 dos 12 assentos do órgão estavam vagos após o encerramento do mandato dos ex-conselheiros Carmine de Souza, João Fernando Gomes de Oliveira e Pedro Wongtschowski.

A demora na nomeação fez

com o Conselho Superior da fundação adiar a aprovação do orçamento da entidade para 2022, que seria definida em reunião em novembro. O próximo encontro está marcado hoje.

Seis horas depois de ser prorrogado pela reportagem ontem, o governo de São Paulo publicou edição extra do Diário Oficial no qual traz decreto assinado por Doria reconduzindo Wongtschowski e nomeando Dimas Covas e Thelma Krug para o conselho.

## BAIRROS DA PERIFERIA

## Empresas cedem e aceitam instalar antenas de celular

MARIANA ZYLBERKAN/FOLHAPRESS

As empresas de telefonia celular apresentaram ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), ontem, o plano de instalação de 286 antenas em bairros da periferia da cidade onde há falhas de transmissão do sinal de internet. O prazo de implantação é de até um ano.

O plano deve integrar como substitutivo ao projeto de lei que irá regulamentar a instalação de equipamentos de transmissão do sinal de telefonia móvel e de internet móvel. Ele está previsto para ser apreciado em segunda votação nesta terça em sessão plenária da Câmara Municipal.

A inclusão das chamadas áreas prioritárias no texto da lei foi alvo de uma série de embates entre o setor, o Executivo e o Legislativo municipais.

Os vereadores adiaram a segunda votação do texto por falta de uma sinalização concreta por parte das empresas de que os bairros periféricos seriam incluídos no plano de expansão de telefonia celular.

Aprovado por unanimidade em primeiro turno em junho na Casa, o texto foi reformulado e a liderança do governo incluiu uma contrapartida em forma de

desconto no pagamento da outorga para as operadoras que instalam antenas nas áreas periféricas da capital paulista.

Na reunião desta terça, as empresas se comprometeram a instalar 101 antenas na zona norte, 104 na zona sul e 81 na zona leste, totalizando 286 equipamentos. As instalações devem ser concluídas em até 90 dias após a liberação do alvará pela prefeitura.

Na ata da reunião, porém, as empresas condicionaram a instalação das antenas na periferia ao atendimento das "necessidades técnicas das redes de telecomunicações" no projeto de lei a ser aprovado, sem dar mais detalhes.

Os bairros prioritários foram definidos pelas secretarias municipais de Saúde e de Educação. Nesses locais, a falta de sinal atrapalha, por exemplo, o acesso de prontuários eletrônicos nos postos de saúde e o estudo online de alunos da rede municipal.

Segundo a prefeitura, há dez distritos em São Paulo sem cobertura de internet, e cerca de 100 mil alunos da rede municipal não têm acesso às aulas online.

Na zona sul, os bairros atendidos no substituto ao projeto de lei são Jardim São Luís, Pe-

dreira, Cidade Dutra, Jardim Ângela, Grajaú, Parelheiros, Marsilac, Santo Amaro e Sorro.

Na zona norte, os bairros listados são Anhanguera, Perus, Jaraguá, Pirituba, Brasíliaândia, Cachoeirinha, Mandaqui e Tremembé.

Na zona leste, serão priorizados os distritos Jardim Helena, Lageado, Guaianases, José Bonifácio, Parque do Carmo, Cidade Tiradentes, Iguatemi, São Rafael, Sapopemba, Itaquera e Ermelino Matarazzo.

A discussão sobre o tema na Câmara Municipal se arrasta desde as gestões de João Doria (PSDB) e Bruno Covas (PSDB). O projeto, feito pelo Executivo, foi criado para simplificar o licenciamento das ERBs (estações rádio-base), ERBs móvel (estações rádio-base móvel) e mini ERBs (estações rádio-base de pequeno porte) usadas para transmissão do sinal de telefonia móvel e de internet móvel 3G e 4G e para a futura implementação do 5G.

Considerada defasada pelo setor de telecomunicações, a lei que regulamenta a instalação de antenas na cidade de São Paulo é de 2004 e chegou a ser considerada inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

## RÉVEILLON

## Rodízio de veículos é suspenso até 14 de janeiro

A Prefeitura de São Paulo informou ontem que o rodízio municipal de veículos será suspenso a partir da próxima segunda-feira e voltará a vigorar em 17 de janeiro. As demais restrições existentes na capital paulista seguem mantidas ao longo da segunda em se tratando de rodízio de veículos pesados (caminhões), Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões e Zona de Máxima Restrição aos Fretados.

O rodízio municipal de veículos restringe a circulação de carros no anel viário da cidade das 7h às 10h e também das 17h às 20h.

Durante o horário de restrição, os veículos não podem circular no centro expandido da capital, incluindo as vias que delimitam o chamado minianel viário, formado pelas marginais Tietê e Pinheiros, avenidas dos Bandeirantes e Afonso D'Escagnole Taunay, complexo viário Maria Maluf, avenidas Tancredo Neves e Juntas Provisórias, viaduto Grande São Paulo e avenidas Professor Luís Inácio de Anhaia Melo e Salim Farah Maluf.

**TRANSPORTE GABARDO LTDA.**  
CNPJ nº: 02.044.483/001-85.

**Regulamento Interno - Armazenamento** - Transporte Gabardo Ltda., CNPJ nº: 02.044.483/001-85, com sede na Rua Visor Valença, 715, Arcada, Porto Alegre/RS, CEP: 91.200-230, com sua filial registrada no JUCESP sob o nº: 35.31042398-4, CNPJ nº: 02.044.483/001-85, localizada no endereço Via Mário Sérgio Gabardo, 555, Água Santa, Piracicaba/SP, CEP: 13.413-543, tendo sido documentado registrado no JUCERS em 23/06/2021 sob o nº: 438 e no JUCESP sob o nº: 513.97021-0 em 02/12/2021. **Estabelece as normas que regerem sua atividade de Armazenamento de Mercadorias de segunda mão. Artigo 1º.** - São mercadorias em depósito mercadorias que não possuem nenhuma apreensão. **Parágrafo Único.** - Serviço acionado somente mediante ordem que possibilite e desde que não sejam contrário as disposições legais. **Artigo 2º.** - A não de depósito, as mercadorias poderão ser resgatadas sem qualquer incidência quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento, o que se dá em virtude das condições em que elas se encontram, podendo desfeitas as mercadorias já depositadas. **Artigo 3º.** - A responsabilidade pela manutenção em depósito cabe ao titular das mercadorias de qualidade provenientes do fabricante ou do condicionamento da seguir, bem como por qualquer razão. **Artigo 4º.** - Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou de sua propriedade e será dirigida à empresa, que emitirá um documento especial (Armazenado - Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, identificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo 5º.** - As indenizações previstas em seus termos, contidas de data em que as mercadorias foram retiradas, não serão exigíveis, a não-cobrança pelo comprador mercadorias em bom estado. **Artigo 6º.** - O multigratuito de pagamento de armazenagem acumulado, voluntariamente antecipado de prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafo do Decreto nº 1.102/1903. **Condições Gerais:** Os seguros e os ônus das mercadorias serão pagos pelo depositante em depósito previsto nos termos de observações do qualidade provenientes do fabricante ou do condicionamento da seguir, bem como por qualquer razão. **Artigo 7º.** - O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento das armazéns e também os demais termos e condições de depósito, bem como o conteúdo do presente regulamento, desde que não contrarie a legislação aplicável. SP, 19/09/2021. **Transportes Gabardo Ltda.**, Sérgio Marcos Gabardo.

**Tarifa Remuneratória - Armazenamento** - Transporte Gabardo Ltda., CNPJ nº: 02.044.483/001-85, com sede na Rua Visor Valença, 715, Arcada, na Cidade do Porto Alegre/RS, CEP: 91.200-230, com sua filial registrada no JUCESP sob o nº: 35.31042398-4, CNPJ nº: 02.044.483/001-85, localizada no endereço Via Mário Sérgio Gabardo, 555, Água Santa, Piracicaba/SP, CEP: 13.413-543, tendo sido documentado registrado no JUCERS em 23/06/2021 sob o nº: 438 e no JUCESP sob o nº: 513.97021-0 em 02/12/2021. **Capítulo de Tarifas** - SP, 30/09/2020. **Objetividade:** A taxa de armazenagem de depósito é de 217,000 R\$. **Considerações:** A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso adequadas. **Segurança:** De acordo com as normas técnicas de armazenamento, consulte a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como as condições próprias de regulamentação interna e aprovadas pelo profissional no laudo técnico. **Manutenção e Conservação das Mercadorias:** Responsabilidades relacionadas ao armazenamento, ou a qualquer outro, são do proprietário. O profissional não aceita qualquer responsabilidade relacionada às mercadorias armazenadas. **Equipamentos de Armazenamento e Tipo de Armazenamento:** Ração, armazenagem, carga, descarga e manuseio dos veículos em pilão devidamente equipado, não considerando os equipamentos especiais. **Operações e Serviços e que se propõe:** A operação se propõe a receber em depósito veículos autorizados de fabricantes nacionais ou importados, sob regulamentação. SP, 19/09/2021. **Transportes Gabardo Ltda.**, Sérgio Marcos Gabardo.

DocuSigned by:

6BF767B5695F4B6...



## PESQUISA IPEC

# Lula lidera corrida eleitoral com folga e atinge quase 50%

Na primeira pesquisa Ipec após a filiação de Sergio Moro ao Podemos e do início das articulações para a candidatura do ex-juiz para presidente, as intenções de voto seguem com números estáveis, com o ex-presidente Lula na liderança da corrida eleitoral. Nos dois cenários analisados no levantamento do Ipec, divulgado pelo G1 ontem, o petista tem mais intenções de voto do que todos os outros possíveis candidatos somados.

Na primeira simulação de candidatos à Presidência da República no pleito de 2022, Lula (PT) apresenta 48% das intenções de voto. O presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece em segundo, com 21%; Sergio Moro (Podemos) registra 6%.

Em seguida aparecem Ciro Gomes (PDT) com 5%; André Janones (Avante) com 2%; João Doria (PSDB) também com 2%; Cabo Daciolo (PMN) com 1% e Simone Tebet (MDB) com 1%.

Alessandro Vieira (Cidadania), Felipe d'Ávila (Novo), Leonardo Péricles (UP) e Rodrigo

Pacheco (PSD) não registraram intenções de voto. Brancos e Nulos somam 9%. Não sabem ou não responderam, 5%.

No segundo cenário, com um número reduzido de candidatos, Lula segue na liderança e aparece com 49% dos votos, Bolsonaro tem 22% e Moro vem em terceiro com 8%. Na sequência estão Ciro Gomes com 5% e João Doria com 3%. Brancos e nulos somam 9% e não sabe ou não respondeu, 3%.

A pesquisa foi realizada do dia 9 ao dia 13 de dezembro e ouviu 2.002 pessoas. A margem de erro do levantamento é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. Os dados foram coletados em 144 municípios brasileiros.

A pesquisa Ipec anterior foi divulgada em setembro e mostra intenções de voto para presidente parecidas. No levantamento, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderava os dois possíveis cenários analisados na época.

Na primeira simulação de

possíveis candidatos, Lula apresentava 48%, Bolsonaro, 23%, Ciro Gomes (PDT), 8%, João Doria (PSDB), 3%, e Luiz Henrique Mandetta (DEM), 3% de intenções. Os votos brancos ou nulos somam 10%. Não sabem ou preferiram não responder são 4%.

O levantamento foi feito entre os dias 16 e 20 de setembro e a margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

No segundo cenário analisado pelo instituto, com outros concorrentes, Lula teria 45% das intenções de voto, e Bolsonaro aparecia com 22%.

Ciro Gomes, com 6%, vinha na sequência; o ex-juiz Sergio Moro teria 5%; o apresentador José Luiz Datena aparecia com 3% das intenções; o governador de São Paulo, João Doria, tem 2%; Mandetta tem 1%; o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, teria 1%; e o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e a também senadora Simone Tebet (MDB-MS) não pontuaram.

Brancos e nulos somaram

9%. Não sabiam ou não responderam somaram 5% dos eleitores ouvidos pela pesquisa do Ipec em setembro.

A pesquisa de setembro foi realizada antes de o ex-juiz Sergio Moro se filiar ao Podemos e começar as articulações para o lançamento de sua pré-candidatura.

A pesquisa Ipec divulgada nesta terça também mostrou queda na avaliação positiva do governo Bolsonaro. Segundo os dados, 19% dos brasileiros consideram a gestão ótima ou boa, 25% regular, 55% ruim ou péssima e 1% não sabe ou não respondeu.

No levantamento anterior, realizado no mês de setembro, 22% dos brasileiros consideravam a gestão ótima ou boa, 23% regular, 53% ruim ou péssima e 1% não sabe ou não respondeu.

O Ipec foi criado em fevereiro por ex-executivos do Ibope Inteligência, que encerrou suas atividades em janeiro deste ano em razão do término de um acordo de licenciamento com a Kantar Group.

## GENOCÍDIO

# Moraes rejeita pedido de Aras e mantém inquérito de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), manteve a instauração de inquérito contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) pela falsa associação que fez entre a vacina contra a Covid-19 e o risco de se contrair o vírus da Aids.

Na decisão de ontem, Moraes rejeitou os argumentos do procurador-geral da República, Augusto Aras, para que esse inquérito fosse revisto.

Aras alegou na segunda-feira

passada que a Procuradoria já apura a situação e que a existência do inquérito configuraria dupla apuração dos mesmos fatos, o que é ilegal.

O ministro deu prazo de 24 horas para que a PGR (Procuradoria-Geral da República) envie ao tribunal o procedimento preliminar sobre os mesmos fatos aberto na instituição sob pena, se desrespeitada a ordem, de desobediência à ordem judicial e obstrução de Justiça.

## COVID-1

# Passaporte da vacina é exigido de forma parcial na chegada ao Brasil

VICTORIA DAMASCENO E RAQUEL LOPES/FOLHAPRESS

Após a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) informar na segunda-feira que passaria a exigir o certificado de vacinação nos aeroportos e fronteiras terrestres, a determinação passou a ser cumprida de forma parcial no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo.

Embora a maior parte dos passageiros tenha que apresentar o documento, alguns ainda conseguiram entrar no país ontem sem mostrá-lo.

A apresentação do comprovante para viajantes que venham do exterior se tornou obrigatória depois de decisão liminar (provisória) concedida por Luís Roberto Barroso, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) no último sábado.

Iso significa que todos aqueles que entram no país por aeroportos ou fronteiras terrestres devem apresentar o certificado de vacinação.

Lizbeth Kormann, 28, foi um dos viajantes que entrou no país na manhã desta terça sem apresentar o documento. Ela vinha dos Estados Unidos em um voo da American Airlines.

A engenheira de energia mora em Phoenix com o marido e veio passar as festas de final de ano com a família. Kormann concorda com a exigência, mas acredita que falta direcionamento sobre como os procedimentos são realizados.

"Eu acredito que seja bom, mas não sei até que ponto vai ser efetivo. A partir do momento em que alguém não tem, o que será feito? A pessoa não vai poder entrar no país? Então, não sei quanto efetivo vai ser", afirma.

Não foram cobrados da engenheira nenhum dos documentos obrigatórios para entrar no país, como o exame negativo de Covid-19, a DSV (Declaração de Saúde do Viajante), além do comprovante de vacinação.

Segundo a determinação, só estão dispensados de apresentar o documento aqueles que vêm de países que comprovadamente não possuem imunizantes disponíveis ou caso comprovem que não receberam a aplicação por razões médicas.

Em Guarulhos, usuários relataram desorganização na área do desembarque e na imigração. Por outro lado, diziam que havia mais atendentes do que o comum para verificar a documentação exigida dos viajantes.

Afirmaram também que não tinham clareza sobre o momento em que a documentação deveria ser apresentada. Enquanto alguns mostraram o comprovante somente para a companhia aérea no embarque, outros tiveram que apresentar às autoridades brasileiras quando chegaram no país.

Lucas Michalaros, 23, chegou dos Estados Unidos sem que exigissem o certificado de vacinação, a DSV ou o teste no Brasil,

apenas apresentou os documentos para a companhia aérea. Ao chegar ao país, o estudante pegou sua mala, passou pela alfândega e se dirigiu para a imigração, onde escaneou o seu passaporte em uma máquina, que liberou sua saída sem que tivesse que mostrar a papelada.

Em nota, a Anvisa declara que a medida foi implementada ao longo desta segunda, quando notificou os postos de fronteira, especialmente aeroportos, para o cumprimento imediato da decisão do STF.

A agência reguladora esclareceu que para a implantação da cobrança do passaporte de vacinados na utilização dados da DSV (Declaração de Saúde do Viajante), que permite às equipes dos aeroportos realizar análise de inteligência, voltada para os voos e viajantes de maior preocupação.

Além da verificação desses casos, a Anvisa realiza, de forma amostral, a abordagem de passageiros para verificação da comprovação de vacinação e demais documentos necessários.

"O regimento para a entrada de viajantes no país deve ser cumprido por todos. A verificação por amostra não exime a responsabilidade de todos os passageiros em relação ao cumprimento das restrições estabelecidas no país", disse em nota.

Havia a expectativa de que o governo Bolsonaro publicasse nesta segunda (13) uma portaria para se adequar às medidas, mas na contramão do esperado, no mesmo dia a AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu e pediu ao ministro Luís Roberto Barroso que revogue a própria decisão de exigir o passaporte da vacina daqueles que desembarcam em aeroportos.

O documento, assinado pelo advogado-geral da União Bruno Bianco, solicita que "brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil possam regressar ao país na hipótese de não portarem comprovante de imunização, desde que cumpram com a quarentena".

Além disso, a AGU pede que seja aceita a entrada de viajantes que cumpram quarentena e apresentem a comprovação de que contraíram a doença e se curaram.

A proposta anterior do governo Bolsonaro era liberar, em aeroportos, viajantes não vacinados que se comprometessem a fazer uma quarentena de cinco dias ao chegar no Brasil.

O documento pode ser apresentado em formato físico ou digital, e as vacinas aceitas são aquelas autorizadas pela Anvisa, a OMS (Organização Mundial da Saúde) ou pela autoridade sanitária do país em que as doses foram aplicadas.

Os viajantes poderão optar pelo teste antígeno, feito até 24 horas antes de embarcar para o país, ou o RT-PCR, que pode ser realizado com no máximo 72 horas de antecedência. A DSV deve ser preenchida até 24 horas antes do embarque.

## SANTA MARIA

# Fux manda prender 4 condenados no júri por tragédia da boate Kiss

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, determinou ontem que os quatro condenados no Tribunal do Júri por homicídio e tentativa de homicídio simples por dolo eventual pelo incêndio na boate Kiss devem cumprir pena de prisão imediatamente.

A tragédia da madrugada de 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria (RS), deixou 242 mortos e mais de 600 pessoas feridas. A maioria das vítimas morreu por asfixia devido a gases tóxicos liberados pela queima da espuma que havia no palco, segundo a perícia.

O julgamento foi finalizado

no último dia 10 e o juiz do caso, Orlando Faccini Neto, chegou a decretar a prisão dos réus, mas a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul revogou a medida.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, então, recorreu ao STF e obteve sucesso. Assim, todos deverão ser presos.

Os quatro condenados são os então sócios da boate Elissandro Spohr (condenado a 22 anos e 6 meses de prisão) e Mauro Hoffmann (19 anos e 6 meses) e os integrantes da banda Gurizada Fandangueira - que tocava no local na noite do incêndio - Marcelo de Jesus dos Santos (vocalista) e Luciano Bonilha Leão (assistente de palco), ambos a 18 anos.

O ministro determinou a suspensão do habeas corpus concedido pelo TJ-RS "a fim de haja o cumprimento imediato das penas atribuídas aos réus".

Fux afirmou que, quando é "atestada a responsabilidade penal dos réus pelo Tribunal do Júri, deve prevalecer a soberania do seu veredito".

Citou ainda que a jurisprudência do STF permite a prisão imediata nesses casos e fez críticas à decisão do tribunal gaúcho de segunda instância no caso.

"Considerando a altíssima reprovabilidade social das condutas dos réus, a dimensão e a extensão dos fatos criminosos, bem como seus impactos para as comunidades local, nacional

e internacional, a decisão impugnada do TJ-RS causa grave lesão à ordem pública ao desconsiderar, sem qualquer justificativa idônea, os precedentes do STF", disse.

O magistrado ainda menciona a "elevada culpabilidade em concreto dos réus", que foram resultado de "tragédia internacionalmente conhecida, com 242 vítimas fatais e mais de 600 feridos".

O ministro afirma que o pacote anticrime incluiu no Código de Processo Penal que "a apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a pena igual ou superior a 15 anos de reclusão não terá efeito suspensivo".

## CONGRESSO

# Governo Bolsonaro publica portaria às pressas para liberar verba de emendas

Em semana decisiva para o Palácio do Planalto no Congresso, o governo reagiu às pressas e prorrogou o prazo para liberação de emendas parlamentares após ser avisado da insatisfação de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Um decreto publicado em maio trouxe regras para alguns gastos públicos e passou a trabalhar, a partir desta semana, a destinação de emendas que ainda não tinham sido autorizadas.

Alertado da insatisfação entre governistas, o Planalto correu para conseguir destravar o uso de mais de R\$ 6 bilhões em emendas de relator, que têm sido usadas em negociações políticas entre o Executivo e o Legislativo. Esse é o valor que ainda falta ser liberado até o fim deste ano.

Como mostrou o jornal Folha de S. Paulo, a solução foi por meio de uma portaria do Ministério da Economia. O ato foi publicado na tarde de ontem, em edição extra do Diário Oficial da União, e é assinado pelo ministro Paulo Guedes.

Emenda parlamentar é a forma como deputados e senadores conseguem destinar dinheiro do Orçamento para obras e projetos nas bases políticas. A engenharia montada para a dis-

tribuição desses recursos historicamente privilegia aliados de quem está no governo.

Na gestão Bolsonaro, esses tipos de acordos ganharam mais corpo a partir de 2020 com a criação da emenda de relator. Isso deu mais espaço ao Congresso dentro do Orçamento. Em troca, o presidente ganhou uma base governista mais fiel e evitou a abertura de um processo de impeachment contra o presidente.

O governo agora tenta organizar a base aliada no Congresso para conseguir concluir a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que viabiliza o aumento de gastos, como o Auxílio Brasil de R\$ 400, em ano eleitoral.

Além disso, o Planalto quer aproveitar a disposição em acelerar votações do Congresso para aprovar o Orçamento de 2022 e projetos de interesse de Guedes.

A informação de que havia um entrave para a liberação de emendas de relator (prometidas em negociações prévias com congressistas) gerou críticas nos bastidores de líderes alinhados ao governo na segunda-feira passada.

O Planalto identificou a insatisfação. Integrantes do governo

dizem que, depois de essas emendas terem ficado semanas bloqueadas por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), um dia de entrave na liberação de emendas de relator atrapalharia toda a articulação política do governo.

O STF chegou a bloquear o uso das emendas de relator, mas, após uma operação montada pelo Planalto e pela cúpula do Congresso, os recursos foram liberados.

Hoje existem quatro tipos de emendas: as individuais (que todo deputado e senador tem direito), as de bancada (congressistas de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso) e as do relator (criadas por congressistas influentes a partir de 2020 para beneficiar redutos eleitorais).

De R\$ 16,9 bilhões previstos no Orçamento como emendas de relator, foram liberados R\$ 10,6 bilhões até agora.

O decreto de maio foi assinado por Bolsonaro e por Guedes. O objetivo foi estabelecer regras para os gastos previstos em 2021.

Um dos artigos determinou que alguns gastos precisam ser empenhados (primeira fase de





## SECRETARIADO

## Castro apresenta balanço positivo da gestão de 2021

O governador Cláudio Castro fez a última reunião do ano com o secretariado, ontem, apresentou um balanço da gestão em 2021 e projetou ações para 2022. A mensagem destacada no encontro, realizado no Centro de Convenções Sulamérica, na Cidade Nova, no Rio, foi a de que o dever de casa está sendo cumprido e de que o Rio de Janeiro está de volta aos trilhos.

“Agradeço a todos os meus secretários pela jornada de 2021. O processo de transformação do estado está apenas no começo, mas já estamos colhendo os bons resultados de uma gestão equilibrada, pé no chão e que fez, em meses, o que havia se perdido nos últimos anos. O Rio de Janeiro voltou a olhar para todos os setores da sociedade, para quem mais precisou durante a pandemia e resgatou a credibilidade que há muito lhe faltava”, declarou o governador.

Outros aspectos destacados como determinantes nesta nova etapa do estado foram a transparência nos processos conduzidos e o restabelecimento do diálogo entre os poderes para avançar em matérias de extrema importância para o futuro do Rio de Janeiro, como o ingresso no Novo Regime de Recuperação Fiscal.

O governador mencionou resultados positivos em todas as áreas. Na Saúde, por exemplo, foram aplicadas 25 milhões de doses da vacina contra a Covid-19, imunizando mais de 75% dos fluminenses, graças a uma distribuição eficaz e igualitária. Na Economia,

a recuperação de 100% dos empregos perdidos na pandemia. Além disso, os pagamentos dos servidores ativos e inativos e pensionistas foi antecipado ao longo de 14 meses.

O governo combateu o crime organizado, atingindo o menor número de homicídios da série histórica e ultrapassou a marca de mil milicianos presos desde o fim do ano passado. Destaque também para o uso das câmeras nos uniformes de agentes, que começa no fim do ano.

## 2022 NO AZUL

Cláudio Castro mostrou, ainda, que o futuro começou a ser planejado com eficiência. O ano de 2022 terá início com as contas no azul: pela primeira vez em cinco anos o Projeto de Lei Orçamentária Anual enviado à Assembleia Legislativa não possui previsão de déficit. A concessão dos serviços de saneamento, realizada em 2021, vai beneficiar 10 milhões de pessoas com água de qualidade e garantiu R\$ 27 bilhões em investimentos obrigatórios por parte dos vencedores da primeira fase do leilão.

“Os avanços que virão a partir da concessão serão enormes, e nós não usamos um real dos recursos para pagar folha ou despesas ordinárias. Vamos conseguir universalizar a água, algo básico que ainda faltava para milhões de pessoas no Rio de Janeiro. E esse aporte, sim, será totalmente investido em obras de infraestrutura, como as previstas no PactoRJ, o maior programa de desenvolvimento da história fluminense”, frisou o governador.

## SETOR ATACADISTA

## PGE ganha ação judicial e garante benefícios fiscais

Com base na defesa apresentada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro julgou improcedente ação de inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público e, por unanimidade, garantiu a vigência da lei estadual que criou o novo regime tributário para o setor atacadista no estado.

Em seu voto, o desembargador Celso Ferreira Filho, relator do processo, destacou a condução que o governo está dando às políticas públicas do estado.

“Felizmente, tudo leva a crer que o atual governador Cláudio Castro vem conseguindo contornar as circunstâncias estigmatizantes com competência, dinamismo e sobriedade”, afirmou o desembargador, referindo-se às dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19. A Lei 9.025, sancionada pelo governador Cláudio Castro em setembro de 2020, aprimorou o Programa de Fomento ao Comércio Atacadista e Centrais de Distribuição, o RioLog, concedendo incentivo fiscal para o setor com redução de 20% para 12% na alíquota de ICMS para operações no estado, e 1,1% no imposto para as transações interestaduais. A Justiça já havia negado o pedido de liminar do Ministério Público para sus-

pende os efeitos da lei 9.025. Agora, ao acolher a defesa apresentada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), o Órgão Especial do Tribunal de Justiça negou por inteiro a apresentação de inconstitucionalidade e, por unanimidade, rejeitou o requerimento do Ministério Público.

No voto, o desembargador Celso Ferreira Filho chama a atenção para o fato de que a lei que incentiva o setor atacadista foi sancionada sob uma “atmosfera sombria” de recessão, com a paralisação da atividade econômica provocada pela pandemia da Covid-19.

E demonstrou preocupação de não converter as leis estaduais em atos lesivos aos interesses da sociedade. O relator rejeitou também as alegações de que a lei fluminense violaria os princípios da economia e da eficiência, por suposta renúncia de receitas. “O projeto de Lei que culminou com a Lei 9.025/20 foi precedido de estudos de impacto orçamentário-financeiro, apresentados pela Secretaria de Fazenda, razão pela qual não vislumbro a alegada violação aos princípios da economicidade, eficiência e da responsabilidade fiscal”, declarou o magistrado em seu voto.

## Nota

### ESTADO E PETRÓPOLIS INAUGURAM ESPAÇO DOS DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, em parceria com a Prefeitura de Petrópolis, inaugurou ontem, o Espaço dos Direitos Humanos no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Petrópolis, na Região Serrana. O local vai abrigar unidades de três programas estaduais da área de assistência social: um Núcleo de Atendimento às Vítimas de Intolerância Religiosa (Navir), um Núcleo de Atendimento para Familiares de Desaparecidos e Documentação (Nafadd) e o Centro de Cidadania LGBTI-Serrana II (CCLGBTI).

DocuSigned by:

AUTENTICO

Acionista

6BF767B5695F4B6...

## GUERRA

# Putin pede reunião com a Otan sobre crise na Ucrânia

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Em mais um dia de intensa atividade diplomática acerca da crise entre Rússia e o Ocidente, o presidente Vladimir Putin pediu uma reunião urgente com os Estados Unidos e seus parceiros na Otan para discutir a situação na fronteira da Ucrânia.

Ao mesmo tempo, Putin marcou uma conferência por vídeo com seu principal aliado no cenário internacional, o líder chinês Xi Jinping. Ambos conversaram hoje sobre a tensão europeia, adicionando uma dimensão nova ao conflito em curso.

Putin disse ao telefone para o presidente finlandês, Sauli Niinistö, que Moscou quer “iniciar negociações imediatas com os EUA e com a Otan para desenvolver garantias legais internacionais para a segurança de nosso país”.

Mais tarde, ele repetiu o discurso para o seu colega francês, Emmanuel Macron. Essencialmente, Putin disse o mesmo que havia relatado ao americano Joe Biden na semana passada e ao premiê britânico, Boris Johnson, na segunda-feira passada.

O russo diz que deslocou cerca de 100 mil soldados para reforçar suas fronteiras ocidentais para se defender de um incremento na atividade militar na Ucrânia, percebendo aí a ideia

de uma retomada militar de Kiev dos territórios controlados no leste do país por rebeldes pró-Rússia desde 2014.

Naquele ano, Putin reagiu à derrubada do governo aliado no vizinho anexando a Crimeia e fomentando a guerra civil no leste, que já matou 14 mil pessoas e está indefinida.

Agora o Ocidente acusa o russo de estar planejando a mesma coisa: invadir a Ucrânia, o que naturalmente Putin nega. Todos os líderes, a começar por Biden, prometeram sanções sem precedentes contra Moscou em caso de ataque.

Com o atual movimento, o russo quer aproveitar a falta de resolução europeia para forçar uma solução a seu contento. Ou seja, manter a Ucrânia e países ex-soviéticos como a Geórgia fora do guarda-chuva militar ocidental, mantendo forças adversárias distantes de suas fronteiras.

Na Belarus, ele já tem isso garantido pelo apoio que dá à ditadura de Aleksandr Lukachenko, que nesta quarta encarcerou por 18 anos um líder opositorista como parte da repressão que exerce desde que fraudou mais uma eleição presidencial, em 2020.

A Ucrânia segue em campanha para denunciar o risco de ser atacada, e pede mais apoio ocidental. Putin reclama do for-

necimento de equipamento militar ocidental, como drones e mísseis antitanque, para Kiev. O orçamento militar americano para 2022, em análise no Senado, prevê US\$ 300 milhões de ajuda para os ucranianos.

Já na semana passada, a Rússia também alertou para uma nova crise dos mísseis, remetendo ao impasse em torno de Cuba em 1962 e as negociações fracassadas sobre esse tipo de arma na Europa em 1983, episódios que quase levaram à guerra nuclear.

Como os EUA deixaram a INF, um tratado que impedia a instalação de mísseis de alcance intermediário com capacidade nuclear na Europa, Moscou diz manter uma moratória unilateral sobre isso e teme que os americanos movam as armas para a Ucrânia.

Isso deixaria a capital russa a poucos minutos de uma explosão atômica, alega o Kremlin. É fato que todas as principais cidades do Leste Europeu também estão suscetíveis a isso, já que Moscou tem mísseis do gênero, modelo Iskander-M, instalados no enclave europeu de Kaliningrado.

Tecnidades à parte, a Otan mordeu a isca russa. Seu secretário-geral, Jens Stoltenberg, foi a público nesta terça para dizer que a aliança não irá instalar nada do tipo na Ucrânia ou em outros países orientais da Europa.

## ÔMICRON

## Reino Unido aprova medidas contra Covid, mas expõe racha no governo de Johnson

O Parlamento do Reino Unido aprovou, ontem, um novo pacote de medidas para conter o coronavírus no país, mas os bastidores da votação expuseram fragilidades no governo do primeiro-ministro Boris Johnson.

O conjunto apelidado de “Plano B” prevê ações como a expansão da obrigatoriedade do uso de máscaras e a exigência do certificado de vacinação em certos locais, como boates e grandes eventos.

De acordo com o governo, as medidas se justificam pela necessidade de garantir que os hospitais britânicos não entrem em colapso nas próximas semanas à medida que o país identifica um número crescente de casos da variante Ômicron – foram mais de 4.700 registros até esta terça, com ao menos dez pessoas hospitalizadas.

A aprovação do Plano B também se deu após uma série de declarações incisivas do primeiro-ministro britânico a respeito da pandemia de coronavírus. No domingo passado, Boris falou sobre uma inevitável “forte onda” da Ômicron no Reino Unido. Na segunda-feira, anunciou a primeira morte relacionada à nova cepa no país e pediu que as pessoas descartem a ideia de que a mutação é mais branda.

Nesta terça, pouco antes do início dos debates que antecederam as votações no Parlamento, o premiê voltou a alertar seu gabinete sobre a iminência de um “enorme aumento” de casos da Ômicron entre os britânicos, o que justificaria a imposição das medidas previstas no Plano B.

Durante a sessão, o secretário de Saúde, Sajid Javid, também anunciou o fim das restrições de viagem impostas a 11 países africanos. Segundo ele, a medida perdeu significado agora que a transmissão da Ômicron no Reino Unido e no mundo tem se dado de forma comunitária, e não mais a partir de viajantes.

O passe sanitário se tornou, no entanto, o ponto mais sensível en-

tre os parlamentares do Partido Conservador, o mesmo de Boris. Em geral, essa parcela dos correligionários do premiê consideram a exigência do documento um atentado à liberdade individual.

Na votação, segundo o jornal britânico The Guardian, foram mais de cem conservadores que se opuseram à medida, dos 126 que votaram contra, enquanto 369 se posicionaram favoravelmente.

O parlamentar Andrew Bridgen, por exemplo, disse, antes da votação, que alguns legisladores estavam determinados a “traçar um limite no que diz respeito a qualquer erosão adicional das liberdades civis”.

Steve Baker, que foi vice-secretário do brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia), afirmou que “estas medidas são equivocadas, desproporcionais e não há evidências suficientes de que são necessárias”.

O ex-ministro David Johnson descreveu a introdução do passe sanitário como “totalmente errada”. “As pessoas certamente devem ser encorajadas a receber a vacina, mas, em última análise, têm que assumir a responsabilidade por sua própria saúde”, argumentou, em entrevista à agência de notícias Reuters.

Assim, como vinha sendo previsto por analistas, o líder britânico só conseguiu a aprovação do Plano B porque recebeu apoio de parlamentares da oposição.

Houve ainda conservadores que usaram a votação como uma oportunidade para expressar sua insatisfação com a gestão Boris Johnson. Para eles, o homem que conduziu o partido a uma vitória ampla nas eleições de 2019 está desperdiçando o êxito da legenda por meio de erros e escândalos.

Pesa contra Boris, por exemplo, a revolta da opinião pública com uma festa que teria sido realizada em Downing Street, sede do governo, durante a época de Natal de 2020, quando celebrações presenciais estavam proibidas em razão de restrições sanitá-

rias. O episódio levou à renúncia de uma assessora do premiê na semana passada e continua rendendo acusações de hipocrisia ao alto escalão do governo.

No último sábado, o tabloide Sunday Mirror publicou uma foto que mostra Boris e dois de seus funcionários reunidos também em Downing Street para uma espécie de quiz virtual – embora as regras vigentes à época proibissem esse tipo de reunião em ambientes fechados.

Boris também foi responsabilizado na semana passada por uma reforma feita em sua residência oficial com verba não declarada oriunda de uma doação privada. A Comissão Eleitoral multou a legenda do primeiro-ministro em 16,2 mil libras (R\$ 121 mil) por deixar de relatar a doação de 67,8 mil libras (R\$ 499 mil), e o Partido Conservador terá que pagar mais 1.550 libras (R\$ 11,4 mil) pela irregularidade.

Há ainda queixas contra Boris por tentar mudar normas parlamentares para ajudar aliados políticos, por suas férias luxuosas no exterior, pelos vínculos duvidosos de seu governo com algumas empresas, e por acusações de clientelismo na designação de cadeiras na Câmara dos Lordes (equivalente ao Senado).

Apesar do descontentamento com a gestão do premiê, no entanto, membros do Partido Conservador dizem que ainda não há clima para pensar em substituí-lo – o que se deve, principalmente, à ausência de um nome que reúna apoio suficiente para formar maioria no Parlamento.

Falando em anonimato à Reuters, um veterano do partido do premiê disse que Boris em um dia ruim é melhor que qualquer outro aspirante ao cargo em um dia bom. O líder britânico é conhecido por seu escapismo, a capacidade de desviar de um ou outro escândalo em sua vida pessoal ou política. Mas o acúmulo de queixas tem cobrado um preço em seus índices de popularidade.

Ponto para Putin, que tem como objetivo final a promessa de que o clube militar não mais irá se expandir a leste.

Aí a coisa é mais difícil, mas a situação no solo e o risco de uma ação militar podem pesar. Politicamente, Putin foi buscar o apoio de Xi, com quem divide uma cooperação bélica cada vez maior, ante a percepção de que os EUA vão agir ativamente para conter Pequim e Moscou.

A situação está delicada em toda a região que vai do mar Negro ao Báltico. No primeiro, palco de um encontro nada amistoso entre russos e britânicos em junho, uma fragata francesa passou a ser monitorada por forças de Putin na Crimeia.

Na semana passada, caças russos interceptaram aviões de combate e de espionagem de Paris e de Washington na região.

Enquanto isso, o presidente da Ucrânia falou com o premiê italiano, Mario Draghi, para pedir apoio. Em entrevista ao jornal italiano La Repubblica, Volodimir Zelenski havia se queixado de vetos alemães ao fornecimento de alguns tipos de armas para a Ucrânia, algo que Berlim não confirmou.

Comparando a crise atual com a de 2014, Zelenski pintou um quadro sombrio, dizendo que haveria “muito mais perdas” em caso de invasão russa.

## USO RECREATIVO

## Malta é 1º país europeu a liberar cultivo de maconha

O Parlamento de Malta, país insular no mar Mediterrâneo, aprovou, ontem, o cultivo pessoal e o uso recreativo da maconha, tornando-se o primeiro país europeu a homologar uma legislação do tipo. O texto foi aprovado por 36 votos a 27, sendo que todos os governistas (de centro-esquerda) votaram a favor da medida, ao contrário da oposição.

Vários países da União Europeia já descriminalizaram o consumo e possuem modelos tolerantes à droga, mas as leis ainda são consideradas pouco claras.

Na Holanda, por exemplo, cerca de 150 cafeterias têm licença para comercializar a substância, ainda que a venda de maconha seja proibida no país – a aparente contradição se explica na “política da tolerância” adotada por Amsterdã há pelo menos quatro décadas.

Por lá, os chamados coffee shops devem vender no máximo 5 gramas de maconha por pessoa, nunca para menores de idade, e não podem ter mais do que 500 gramas no estabelecimento.

Em Portugal, a posse e o consumo de Cannabis e de outras drogas foram descriminalizados em 2001. Só é considerado crime se a pessoa estiver com mais de dez doses da substância. A Espanha, por sua vez, admite a produção para consumo pessoal, mas o comércio e o consumo em público são proibidos.

Já Luxemburgo havia anunciado em outubro sua intenção de autorizar o cultivo de maconha em casa e seu consumo na esfera privada, mas o parlamento ainda não aprovou a medida. Soma-se aos esforços europeus o desejo do novo governo alemão de legalizar o uso recreativo.

Em Malta, a expectativa é que o texto aprovado pelo Parlamento seja ratificado pelo presidente George Vella, que é médico. Quando ele